

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.493 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 2002

## Plenário aprova liberdade para as coligações partidárias

Por 60 votos a favor e quatro contra, o Senado aprovou ontem a proposta de emenda constitucional que assegura aos partidos autonomia para deliberar sobre suas alianças, contrariando a decisão do Tribunal Superior Eleitoral de verticalizar as coligações. A PEC ainda terá que ser examinada em segundo turno e depois submetida à Câmara.

PÁGINA 3



Ramez Tebet com os senadores Carlos Wilson e Antonio Carlos Valadares e o ministro Maurício Corrêa

### Tebet instala Universidade do Legislativo e destaca pioneirismo do projeto

“O Senado brasileiro é o primeiro no mundo a criar sua universidade, aberta a todos, e que haverá de cumprir papel político e social de avanço da cidadania.” A afirmação foi feita pelo presidente da Casa, Ramez Tebet, ao instalar ontem a Universidade do Legislativo Brasileiro, em solenidade que contou com aula inaugural proferida pelo ministro Maurício Corrêa, do Supremo Tribunal Federal.

PÁGINA 2

### Capital estrangeiro na mídia passa em primeiro turno

Proposta de emenda constitucional que permite ingresso de capital estrangeiro nas empresas de comunicação recebeu 62 votos favoráveis e seis contrários na apreciação em primeiro turno.

PÁGINAS 6 E 7

#### Problemas técnicos atrasaram circulação

Devido a problemas técnicos ocorridos no equipamento gráfico em que é produzido o *Jornal do Senado*, a edição de ontem circulou com atraso. As causas dos problemas já foram corrigidas, o que torna possível a normalização da entrega aos leitores a partir de hoje.

#### Comissão decide ouvir citados em denúncia de propina

A Comissão de Fiscalização e Controle aprovou, por unanimidade, requerimento convidando para prestar esclarecimentos todos os citados em denúncia de propina no processo de privatização da Vale do Rio Doce.

PÁGINA 9

### CCJ simplifica procedimentos para afastar agressor do lar



Proposta acolhida pela CCJ tem apoio de entidades que representam direitos da mulher

PÁGINA 4

### CAS define normas da reprodução assistida

PÁGINA 5

# Ramez Tebet instala Unilegis como "fórum permanente de debates"

Para o presidente do Senado, iniciativa de criar a Universidade do Legislativo demonstra que a Casa está preocupada em tornar-se cada vez mais transparente e próxima da sociedade

## Aprovada isenção de visto entre Brasil e Coréia

Cidadãos brasileiros e sul-coreanos estarão isentos de visto para entrar, transitar ou permanecer nos territórios do Brasil e da Coréia do Sul. É o que dispõe o texto do acordo firmado entre os governos dos dois países aprovado ontem. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) comemorou a aprovação do acordo, que considera importante para o incremento das relações entre Brasil e Coréia do Sul.

— A Coréia do Sul tem se destacado como potência tecnológica emergente — salientou Cabral, após elogiar o relatório sobre a matéria, de autoria do senador Geraldo Melo (PSDB-RN).

Bernardo Cabral citou também os investimentos coreanos no Amazonas e as facilidades que serão criadas para os amazonenses que desejarem visitar o país asiático.

O Plenário aprovou ainda a indicação do embaixador do Brasil na Áustria, Roberto Pinto Abdenur, para chefiar também as representações na Eslováquia e na Croácia. Outra indicação aprovada foi a do embaixador na Tailândia, Marco Antônio Diniz Brandão, para cumulativamente comandar as embaixadas no Camboja e em Mianmar.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, destacou a importância da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) como instrumento de ampliação das possibilidades de exercício da cidadania. Tebet fez essa observação ao encerrar ontem a solenidade de instalação da entidade, marcada por aula inaugural proferida pelo ministro Maurício Corrêa, do Supremo Tribunal Federal.

— O Senado brasileiro é o primeiro no mundo a criar sua universidade, aberta a todos, e que haverá de cumprir papel político e social de avanço da cidadania, estimulando a juventude ao exercício democrático da atividade política e garantindo um canal de aproximação do Poder Legislativo com nossa gente — afirmou Tebet.

O senador ressaltou que a Unilegis resulta de "um projeto inédito e pioneiro", no qual a utilização da moderna tecnologia estará a serviço da ampliação dos direitos humanos entendidos em sua acepção mais ampla, que inclui a melhoria da qualidade de vida: "É a globalização sem seu aspecto perverso", resumiu.

Na condição de presidente do Senado, Tebet é também o reitor da Unilegis, que oferecerá cursos de educação a distância.

— É uma proposta arrojada, que

nasce para ser um fórum permanente de debates, uma universidade aberta, acessível a todos os brasileiros, e com ela o Senado demonstra ser uma instituição preocupada em tornar-se cada vez mais transparente e próxima da sociedade — salientou.

Ao proferir, no Plenário do Senado, a Aula Magna do curso de Direito Legislativo, em nível de pós-graduação, o ministro Maurício Corrêa evocou as "grandes emoções" por ele já vividas no mesmo local durante dois mandatos como senador. Corrêa salientou o pioneirismo da iniciativa de criação da Unilegis, inserida na mesma política responsável pela adoção de projetos como a Gráfica, o Prodasen e o Interlegis, a TV, a Rádio, a Agência e o *Jornal do Senado*, e cujo objetivo é ampliar a participação popular no processo legislativo.

Corrêa aplaudiu a escolha do método de educação a distância para a implantação de uma universidade



Ramez Tebet com Maurício Corrêa: Senado brasileiro é o primeiro no mundo a criar sua universidade

aberta visando à massificação do ensino, e citou vários países, além da Unesco, entre os maiores usuários do sistema, sinalizando ainda a possibilidade de troca de experiências com a Unilegis.

Ao empossar o Conselho Superior e o Conselho Universitário da Unilegis, Tebet lembrou a importância da atuação do senador José Sarney (PMDB-AP) em sua gestão na presidência do Senado para que projetos como a Unilegis pudessem florescer, e agradeceu a contribuição dos vários setores da Casa ao sucesso do projeto, citando entre eles a Consultoria Legislativa, a Secretaria Geral da Mesa e a Diretoria Geral.

## Plenário vota benefício para servidores da ECT

O Senado deve votar hoje projeto que assegura a cerca de 12 mil servidores celetistas da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) o direito à complementação de aposentadoria paga pelo Tesouro Nacional — e não mais pela Previdência Social —, desde que tenham sido integrados ou admitidos nos quadros da empresa até 31 de dezembro de 1976. O benefício abrange os servidores do extinto Depar-

tamento de Correios e Telégrafos e deverá ser estendido a todos os ativos, inativos e pensionistas.

A ordem do dia traz ainda projeto de lei da Câmara que institui a data de 25 de outubro como Dia Nacional da Saúde Bucal e outros quatro projetos de decreto legislativo: dois deles autorizam o funcionamento de rádios comunitárias em Ipiaú (BA) e Santo Estevão (BA), enquanto os outros outorgam a

permissão de uma FM em Franca (SP) e a concessão de uma emissora de televisão em Maceió (AL).

A pauta do Plenário prevê também o início da discussão da proposta de emenda à Constituição que inclui os chefes de missões diplomáticas de caráter transitório entre as autoridades cuja escolha deve ser aprovada previamente pelo Senado, por voto secreto, após arguição em sessão secreta.



## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 2002

Presidente  
Ramez Tebet

9h30 — Recebe Robson Andrade, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais  
17h — Preside sessão deliberativa ordinária

### PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 42/00, dá nova redação ao artigo 217 da Constituição federal, para vedar a recondução dos dirigentes de entidades de administração do desporto por mais de um período consecutivo; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 1/01, determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 8/01, altera a redação do inciso IV do artigo 52 da Constituição federal, para incluir os chefes de missões diplomáticas de caráter transitório, incumbidas das funções que especifica, entre as autoridades cuja escolha é aprovada previamente pelo Senado, por voto secreto, após arguição em sessão secreta; PLC nº 149/01, institui o dia 25 de outubro como Dia Nacional da Saúde Bucal; PLC nº 4/02, altera o artigo 1º e revoga o artigo 4º, ambos da Lei nº 8.529/92, que dispõe sobre a complementação da aposentadoria do pessoal do extinto Departamento de Correios e Telégrafos (DCT); e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem.

### COMISSÕES

10h — Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 15/01, que fixa em 28 de fevereiro de 2002 o término do prazo para adesão à repactuação das operações de crédito rural de que trata o artigo 5º, parágrafos 5º e 6º A, da Lei nº 9.138/95.  
Pauta: discussão da matéria. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

10h — Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 28/02, que dispõe sobre normas gerais de direito penitenciário.  
Pauta: discussão da matéria. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

10h — Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 33/02, que dispõe sobre os sistemas nacionais de Epidemiologia, de Saúde Ambiental e de Saúde Indígena e cria a Agência Federal de Prevenção e Controle de Doenças (Apeç).  
Pauta: discussão da matéria. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização  
Pauta: apreciação de atos e relatórios. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

11h — Comissão Mista destinada a examinar a MP nº 2.151-3, que regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (anistiado político).  
Pauta: instalação da comissão. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

### PREVISÃO PLENÁRIO

Sexta-feira  
9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Liberdade para as coligações partidárias

Em primeiro turno, Plenário aprova proposta de emenda à Constituição que assegura aos partidos políticos autonomia para escolher alianças eleitorais, derrubando decisão do TSE que obriga verticalização de coligações

O Plenário do Senado aprovou, em primeiro turno, proposta de emenda à Constituição (PEC) que assegura aos partidos políticos autonomia para escolher suas coligações eleitorais e definir sua estrutura, organização e funcionamento. Na prática, a emenda derruba a interpretação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de que as coligações partidárias nos estados têm de respeitar as alianças feitas pelos partidos para as eleições presidenciais.

Antes de ser enviada à apreciação dos deputados, a emenda terá de ser submetida a segunda votação no Senado. De autoria do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a proposta recebeu 60 votos a favor, quatro contra e duas abstenções. O texto aprovado é taxativo: a autonomia para coligações valerá inclusive para as eleições de 2002.

Bernardo Cabral sustentou ser um equívoco interpretar que a legislação, ao mencionar a expressão partidos de "caráter nacional", determine a verticalização nacional compulsória das coligações em cada eleição. A emenda de Cabral foi apresentada com o apoio de 57 dos 81 senadores.

Já o relator da matéria, senador José Fogaça (PPS-RS), observou que o princípio fundamental da Constituição brasileira é o da liberdade e autonomia dos partidos, ou seja, eles podem impor a



Bernardo Cabral apresentou a proposta que ontem recebeu 60 votos favoráveis

verticalização, mas desde que a norma seja aprovada em convenção nacional. Para ele, caso seja mantida a interpretação dada pelo TSE, a verticalização "levará a uma verdadeira ditadura das cúpulas nacionais dos partidos".

— É inaceitável o TSE achar que, se a cúpula de um partido fizer uma coligação espúria, ridícula, mesquinha, não restaria alternativa aos filiados nos estados a não ser acompanhar tal decisão. As bases dos partidos não podem ser as bestas de carga de suas cúpulas — afirmou José Fogaça.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) ponderou que, se o TSE considera correto que para as eleições deste ano as coligações devem ser verticalizadas, então as duas últimas eleições "foram ilegítimas", pois a legislação não mudou deste então. "A verdade é

que o TSE está legislando sobre eleições e ele não foi criado para isso", afirmou, acrescentando que a decisão do TSE, somada ao projeto do senador licenciado Jorge Bornhausen de fidelidade partidária por quatro anos, significará "uma escravatura partidária".

Por sua vez, Jefferson Péres (PDT-AM) opinou que a competência constitucional do Legislativo "foi usurpada pelo TSE" e o Supremo Tribunal Federal em seguida "cometeu o pecado da omissão", ao decidir que o assunto cabia ao TSE. "Quem disse que não se discute decisão judicial? Discute-se, sim. Aprovando a emenda, o Senado resgata o seu poder", afirmou Jefferson.

Ademir Andrade (PA), líder do PSB, criticou diretamente o ministro Nelson Jobim, ministro do STF e presidente do TSE, por ter convencido seus colegas a aprovar a verticalização e, depois, levar os ministros do STF a evitar um pronunciamento sobre o mérito das coligações. "Por conta de sua amizade com o presidente Fernando Henrique Cardoso e com o senador José Serra, fica difícil o ministro Nelson Jobim ter um papel isento neste caso." Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também criticou a decisão do TSE.

Único senador a se manifestar a favor da decisão do TSE, Luiz Otávio (PPB-PA) sustentou que a verticalização já foi assimilada pelos brasileiros e que o tribunal interpretou a legislação porque o Congresso não fez a reforma eleitoral.

## Locadoras serão responsáveis por acidentes com seus carros

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que obriga as locadoras de veículos a fazerem seguro dos carros de sua propriedade. O projeto também estabelece que essas empresas se responsabilizarão pelos danos pessoais causados a terceiros em acidentes de trânsito, desde que a culpa seja do motorista que alugou o veículo.

A proposta, que vai à sanção do presidente da República, foi apresentada na Câmara pelo deputado João Herrmann Neto (PPS-SP). No Senado, recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos

Econômicos (CAE), onde foi relatada pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG). O autor sustenta que o projeto coloca na lei uma decisão já adotada pelo Supremo Tribunal Federal.

Francelino observou que a decisão é importante e afeta cerca de duas mil locadoras do país, nas quais trabalham aproximadamente 120 mil pessoas. As locadoras pagam tributos no valor total de R\$ 467 milhões por ano.

O projeto estipula que o valor do seguro de responsabilidade civil por danos será de, no máximo, R\$ 100 mil, no caso de morte da



Francelino Pereira: projeto coloca na lei decisão já adotada pelo Supremo Tribunal Federal

vítima ou de lesão corporal que resultar em perda de membro do corpo ou deformidade permanente.

## Benefício para pescador artesanal ficará mais fácil

Os senadores aprovaram ontem projeto que tornará mais fácil para os pescadores artesanais receberem o seguro-desemprego de um salário mínimo nos períodos em que a pesca é proibida — época da reprodução dos peixes. A lei em vigor faz muitas exigências burocráticas, o que às vezes impede o pescador de receber o benefício.

Trata-se de um projeto oriundo da Câmara e que, no Senado, recebeu emendas do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Por conta das alterações, a proposta terá de retornar ao exame dos deputados.

Uma das mudanças determina

que o registro geral de pescador profissional emitido pelo Ibama poderá ser substituído pela matrícula junto à Capitania dos Portos do Ministério da Marinha. Este comprovante poderá ser emitido um ano antes do início da fase de proibição de pesca, e não mais três anos, como prevê a atual legislação.

Os senadores Sebastião Rocha (PDT-AP), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Geraldo Melo (PSDB-RN) elogiaram as mudanças. Geraldo Melo se mostrou satisfeito especialmente com item do projeto que inclui os pescadores de lagosta e camarão entre os beneficiários do seguro-desemprego.

## Plenário acolhe indicação de diretor-geral do DNIT

O engenheiro Luiz Francisco Silva Marcos será o diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), em substituição a Francisco de Paula Magalhães. O Senado aprovou ontem o parecer da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) favorável à indicação.

O DNIT foi criado no ano passado em decorrência de reestruturação do Sistema Nacional de Transportes, quando foram também instituídos o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte e as agências nacionais de Transportes Terrestres e de Transportes Aquaviários.

Foi aprovado pelo Senado pro-

jeito que muda o nome de uma ponte na BR-158, entre Santa Maria e Júlio de Castilhos (RS), de "Ponte sobre o Vale dos Diabos" para "Ponte sobre o Vale do Menino Deus". O pedido foi feito pela população local ao Ministério dos Transportes.

Segundo a relatora da matéria na Comissão de Educação, senadora Emilia Fernandes (PT-RS), o nome original deriva das dificuldades que a população tinha no passado para atravessar o vale, que fica no quilômetro 316 da BR-158. No entanto, com a estrada e por se tratar de uma região muito bonita, o nome não se justifica mais, disse.

## Fernando Bezerra anuncia debate entre presidenciais

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) anunciou em Plenário debate entre os pré-candidatos à Presidência da República no auditório da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília (DF). De acordo com o senador, os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva, Anthony Garotinho, José Serra e Ciro Gomes estarão respondendo, às 9h de hoje, às principais questões levantadas pelos 2 mil industriais que integram a CNI.

Fernando Bezerra disse que,

ao contrário de debates anteriores, a CNI não vai simplesmente ouvir os pré-candidatos, mas apresentará a eles as preocupações de seus filiados. O parlamentar salientou o desejo, manifesto pelos empresários, de que a indústria brasileira se torne mais competitiva, inserindo-se plenamente na economia mundial. Para ele, a competitividade da economia do país será um dos principais desafios do próximo presidente da República.

# CCJ aprova procedimentos para afastar agressor do lar

Projeto simplifica decisão judicial. Segundo o relator, texto atende reivindicação de entidades que representam direitos das mulheres, crianças e adolescentes

Com base em relatório do senador Roberto Freire (PPS-PE), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei da Câmara que simplifica os procedimentos para afastar, por decisão judicial, um dos cônjuges do lar quando seu comportamento implicar risco à integridade física ou moral do companheiro ou de outra pessoa que viva sob o mesmo teto. Segundo Freire, a proposta, de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), atende a reivindicação de entidades que representam os direitos das mulheres, crianças e adolescentes.

No mês passado, o Senado aprovou projeto que também garante a proteção de vítimas de agressões sofridas no lar. A matéria acolhida ontem pela CCJ amplia esses direitos e estabelece as regras a serem seguidas pela Justiça diante do problema.

— O texto simplifica os procedimentos necessários para efetivar o afastamento do agressor — afirmou



CCJ também aprovou, em caráter terminativo, projeto que considera hediondos os crimes sexuais contra crianças e adolescentes

Freire sobre a proposta, que concede maior poder de cautela ao juiz e determina que o afastado fique a uma distância mínima de 500 metros do lar onde cometeu o ato violento.

O relator indicou ainda que estudos têm demonstrado altos índices de violência doméstica e que crianças e mulheres são as principais vítimas, sofrendo abuso sexual ou intimidação moral. Para combater esse problema, Freire entende que a família deve ser reconhecida como possível foco de violência, obrigando

as autoridades públicas a enfrentar essa questão.

A CCJ, presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), também aprovou terminativamente, em turno suplementar, projeto de lei do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que considera hediondos e aumenta as penas para os crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Agora a proposta segue para a Câmara dos Deputados, caso não haja recurso de no mínimo um décimo dos senadores para que seja também submetida à decisão do Plenário.

## Serviço militar alternativo pode ser ampliado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que amplia as atuais possibilidades de realização do serviço militar alternativo. A proposta seguirá diretamente para a Câmara, caso não seja apresentado recurso para que vá antes ao Plenário.

De acordo com a proposta, o serviço poderá ser prestado em órgãos dos três Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário — e das três esferas de governo — federal, estadual e municipal —, sempre mediante convênios firmados entre estes e os comandos militares e desde que haja interesse recíproco.

Na justificativa da proposta, Simon diz que pretende estimular maior participação da juventude “no equacionamento e na solução dos problemas da sociedade”. Emenda do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), exclui a opção preferencial pela realização do serviço em órgãos municipais.

Também de autoria de Simon, e com parecer favorável de Lúcio Alcântara (PSDB-CE), foi acolhido



terminativamente pela comissão projeto de lei que altera a legislação de defesa econômica e veda a aprovação, por decurso de prazo, de atos de dominação de mercado que não tenham sido analisados em até 30 dias pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O autor lembra que fusões e incorporações de empresas têm sido cada vez mais frequentes. Por isso, ele considera necessário evitar que instituições como o Cade e a Secretaria de Direito Econômico comportem-se “de maneira açodada ou omissa na apreciação desses atos”.

### JUIZADOS ESPECIAIS

Outro projeto de Simon aprovado em caráter terminativo, com parecer favorável de José Fogaça (PPS-

RS), é o que delimita a competência funcional dos juzizados especiais cíveis e criminais. De acordo com a proposta, torna-se obrigatório o ajuizamento de ações de valor inferior a R\$ 4.800 nos juzizados especiais. Atualmente, o autor decide se o ajuizamento será nesses juzizados especiais ou na Justiça comum.

A CCJ acolheu ainda, também terminativamente, projeto de lei do senador Osmar Dias (PDT-PR), com parecer favorável de Romeu Tuma, que modifica a Lei nº 8.666 — Lei das Licitações — para reajustar em 50% os valores determinantes das modalidades de licitação que o poder público está obrigado a realizar para a contratação de obras e aquisição de bens e serviços.

Também foi aprovado em caráter terminativo projeto de lei do senador Álvaro Dias (PDT-PR), com parecer favorável do senador Lúcio Alcântara, que altera a legislação sobre o registro de empresas mercantis. A proposta estende a todos os sócios da empresa — com exceção da sociedade por ações — a prova de identidade nos pedidos de ajuizamento.

## Adiada análise da indicação de Gilmar Mendes para o STF

A indicação para uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF) do advogado-geral da União, Gilmar Ferreira Mendes, só será votada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na próxima quarta-feira. O presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), concedeu vista coletiva do parecer favorável à indicação, elaborado pelo relator da matéria, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), após longa discussão sobre documento que aponta a existência de ações judiciais contra o advogado-geral.



Gilmar Ferreira Mendes deve ter seu nome apreciado na próxima reunião da CCJ

se que, “negando o estereótipo do jurista apenas acadêmico”, Mendes tem buscado compartilhar seu conhecimento jurídico com a sociedade e o Estado.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) foi o primeiro a pedir vista da indicação. Como vários outros senadores acompanharam o pedido ao final da discussão, Cabral concedeu vista coletiva. Antes, porém, pediu ao indicado que comentasse o documento apresentado pelo ex-presidente da OAB.

O documento foi entregue a Cabral, poucos minutos antes da reunião, pelo ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Reginaldo Oscar de Castro. Em expediente encaminhado ao presidente da comissão, Castro sustentou que “fatos públicos e notórios dão conta da existência de ações penais e de improbidade administrativa” contra Mendes.

A pedido de Cabral, o documento foi lido durante a reunião pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), pouco depois de o relator da mensagem presidencial ter apresentado seu voto favorável à indicação de Mendes. Em seu parecer, Alcântara recordou o vasto currículo do advogado-geral da União, doutor em Direito pela Universidade de Münster, na Alemanha, e dis-

Gilmar Mendes disse ter ficado surpreso com a apresentação do expediente ao presidente da CCJ pouco antes da reunião. Ele ressaltou que o documento não havia sido assinado pelo atual presidente da OAB, mas sim por um ex-censurador da Polícia Federal “nos tenebrosos tempos da ditadura militar”.

## Alcântara quer manter em sigilo nome de vítima de crime sexual

A identidade das vítimas de crimes de natureza sexual pode ser mantida em segredo de Justiça. É o que propõe projeto de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que tramita em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O objetivo do senador é facilitar a punição de autores dos chamados crimes contra os costumes, de caráter sexual.

No entendimento do senador, o constrangimento a que são submetidas as vítimas de crimes sexuais dificulta a punição dos culpados. Pelo Código Penal, os autores desses crimes, com algumas exceções, só podem ser punidos se a vítima propuser a ação penal, de natureza privada. Havendo segredo de Justi-



Alcântara diz que projeto pode ajudar punição de culpados

ça, as vítimas poderiam propor a ação e ao mesmo tempo resguardar sua identidade.

Em sua justificativa, o senador cita artigo da jurista Luiza Nagib Eluf sobre o caso do pediatra paulista Eugênio Chipkevitch, acusado de abusar sexualmen-

te de crianças e adolescentes em seu consultório. Segundo a jurista, apesar de os crimes do pediatra terem sido filmados, chocando o país, poderiam permanecer impunes se nenhuma das vítimas tivesse coragem de se expor e iniciar a ação penal.

— Em crimes dessa natureza, é natural que os pais temam expor os filhos, e muitos preferem não iniciar o processo. Nada impede que o Estado garanta o sigilo da vítima — argumenta Alcântara.

## Acolhidas normas para fabricação de alimento infantil

O estabelecimento de regras para comercialização, fabricação e publicidade de produtos alimentares destinados a lactentes e crianças na primeira infância é o que objetiva projeto de lei de autoria do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em decisão terminativa. A matéria foi aprovada na forma de substitutivo elaborado pelo relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), e será encaminhada à Câmara dos Deputados, se não houver recurso para que



Decisão sobre projeto de Geraldo Cândido foi terminativa

seja apreciada pelo Plenário.

Pela proposta, incluem-se entre os alimentos para lactentes e crianças na primeira infância os

leites fluidos e em pó; modificados e similares de origem vegetal; alimentos de transição e à base de cereais; fórmula de nutrientes para recém-nascidos de alto risco; além de mamadeiras, bicos e chupetas.

### EMBALAGENS

As embalagens desses produtos, de acordo com o projeto, só podem conter fotos, desenhos ou outras representações gráficas que ilustrem métodos de preparação ou uso do produto, sendo vedadas quaisquer ilustrações ou mensagens que possam induzir as mães a não se utilizarem do leite materno na alimentação de seus bebês.

Frases ou expressões que suscitem dúvida quanto à capacidade de as mães amamentarem seus filhos também ficarão proibidas, assim como a utilização de termos ou denominações que identifiquem o produto como "mais adequado à alimentação infantil" ou de informações que possam induzir o uso dos produtos em virtude de falso conceito de vantagem ou segurança.

Segundo o projeto de Geraldo Cândido, os alimentos destinados aos bebês terão de trazer, ainda, em nome do Ministério da Saúde, a advertência de que "o aleitamento materno evita infecções e alergias e fortalece o vínculo mãe-filho".

# Projeto que regulamenta reprodução assistida no país é aprovado pela CAS

Normas propostas por Lúcio Alcântara, que abrangem a inseminação artificial e a fertilização *in vitro*, asseguram aos beneficiários dessa prática científica plena paternidade sobre a criança

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, em caráter terminativo, substitutivo do senador Tião Viana (PT-AC) a projeto de lei de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que regulamenta o uso das técnicas de reprodução assistida (RA) para a implantação artificial de gametas ou de embriões humanos, fertilizados *in vitro*, no organismo de mulheres receptoras. A matéria será submetida a votação em turno suplementar na próxima reunião da CAS. Se for mantida a aprovação, a proposta seguirá imediatamente para o exame da Câmara dos Deputados, caso não seja apresentado recurso para votação em Plenário.

O projeto estabelece que a reprodução assistida somente poderá ser autorizada pelo Poder Público para auxiliar na resolução dos casos de infertilidade e para a prevenção e tratamento de doenças



Substitutivo acolhido pela Comissão de Assuntos Sociais será submetido a turno suplementar de votação, na próxima semana

genéticas ou hereditárias.

A regulamentação aprovada dispõe sobre consentimento das partes envolvidas, estabelecimentos e profissionais encarregados da aplicação da técnica, doações de gametas e embriões e condições (quantidade, armazenamen-

to, preservação etc.), direitos dos filhos gerados por esses processos de reprodução e crimes cometidos na sua aplicação.

As técnicas de reprodução assistida, segundo a proposta, compreendem, basicamente, duas modalidades: a inseminação artificial,

que consiste na introdução do espermatozóide no aparelho reprodutor da mulher, e a fertilização *in vitro* (FIV), na qual o óvulo e o espermatozóide são juntados em um tubo de prova para formar embriões que são posteriormente introduzidos no aparelho reprodutor da futura mãe.

O substitutivo garante aos beneficiários da reprodução assistida a paternidade plena da criança, afastando-se quaisquer possibilidades de arguição judicial por parte dos doadores dos gametas ou de seus consortes.

A pessoa gerada por reprodução assistida, conforme o projeto, ficará impedida de casar com ascendentes ou descendentes, com os afins em linha reta e com irmãos, germanos (filho do mesmo pai e da mesma mãe) ou não, e os colaterais até o segundo grau, conforme a legislação civil.

## Seminário sobre clonagem humana terá a presença de especialistas e religiosos

Nos dias 11 e 12 de junho, o Senado vai promover um seminário para discutir com políticos, médicos, cientistas e religiosos a questão da clonagem humana. O seminário, uma iniciativa conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), deverá ser realizado no Auditório Petrônio Portella.

Ao justificar requerimento pedindo à CAS a realização do evento, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que a clonagem humana "impõe-se como o grande desafio do novo século", exigindo do Parlamento brasileiro empenho e seriedade na sua análise, para que este possa legislar "com a devida serenidade sobre matéria tão complexa e polêmica".

Já foram convidados a participar do seminário o presidente da Sociedade Brasileira de Bioética, Volney Garrafa; a médica Ph.D em genética e professora titular aposentada de Genética Médica da Universidade Federal da Bahia (UFBA) Eliane Azevedo, a diretora-executiva do Instituto de Bioética, Cidadania e Gênero (Anis), Débora Diniz, e a professora-adjunta do Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) Marilena Correa.

Um dos coordenadores do evento, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) informou que, além dos debates do ponto de vista científico e ético, está previsto também um painel para discutir o assunto com representantes de diversas religiões.



Evento que será realizado nos dias 11 e 12 de junho foi proposto por Tião Viana

### MEDICAMENTOS IRREGULARES

A CAS aprovou na reunião de ontem requerimento do senador Sebastião Rocha solicitando a realização, na próxima terça-feira, de audiência pública com o atual diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Luiz Felipe Moreira Lima, autor de denúncia segundo a qual encontram-se irregulares 37% dos medicamentos comercializados no Brasil. Moreira Lima está se afastando da agência estatal, devendo ser substituído por Cláudio Maierovitch Pessanha, que será sabatinado pela CAS nos próximos dias.

A pedido do senador Osmar Dias (PDT-PR), a CAS também deverá realizar audiência pública com os novos dirigentes do Banco da Terra, de modo a debater com eles uma série de irregularidades apontadas pelo Senado naquela instituição.

## Hospitais universitários poderão cobrar de plano de saúde gasto com paciente

Os hospitais universitários e de ensino poderão destinar até 25% de seus leitos operacionais e de sua capacidade assistencial a pacientes pagantes ou que se encontrem cobertos por planos ou seguros de saúde, caso em que cobrará dos órgãos gestores o devido ressarcimento para a cobertura

dos custos registrados no atendimento de seus beneficiários. Isso é o que determina projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria depende ainda de votação em Plenário.

A proposta, de iniciativa do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e que recebeu na comissão parecer favorável do relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), estabelece, em contrapartida, que aqueles hospitais deverão manter a universalidade e a equidade em todos os níveis de acesso ao atendimento garantido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos demais pacientes, admitindo-se diferenciações "apenas no padrão de hotelaria". A medida, segundo argumenta o seu autor, vai solucionar em grande parte o grave problema de carência de recursos vivido hoje pelos hospitais universitários e de ensino em todo o país.



Geraldo Althoff apresentou parecer favorável à medida



Plenário acolhe em primeiro turno a proposta de emenda constitucional que permite a participação em até 30% de recursos estrangeiros no capital total das empresas de comunicação de massa. O presidente do Senado, Ramez Tebet, promete instalar logo o Conselho de Comunicação Social.

## Senado aprova capital estrangeiro na mídia

O Plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a participação de capital estrangeiro nas empresas de comunicação – jornais, revistas e emissoras de rádio e TV. A PEC, que recebeu 62 votos favoráveis e seis contrários, limita o aporte de recursos a 30% do capital total das empresas. Se aprovada em segundo turno, a matéria, que tem parecer favorável de Romeu Tuma (PFL-SP) será promulgada pelos presidentes das duas Casas do Congresso, uma vez que o texto aprovado pela Câmara está passando pelo Senado sem modificações.

O grande número de manifestações de senadores durante a discussão da matéria mostrou a sensibilidade da Casa a um tema que provocou caloroso debate durante a tramitação da

PEC. Parlamentares como Roberto Requião (PMDB-PR) e Roberto Saturnino (sem partido-RJ) mostraram-se preocupados com a entrada do capital estrangeiro num setor que dissemina informação e contribui para formar culturalmente os brasileiros. Defendida pelo líder do governo, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), a PEC foi aprovada com apoio de senadores da oposição, como Eduardo Suplicy (PT-SP) e Marina Silva (PT-AC). Eles acreditam que a promessa do presidente do Senado, Ramez Tebet, de instalar o Conselho de Comunicação Social garantirá a soberania do país nesse campo.

De modo geral, os senadores favoráveis à PEC defenderam a entrada do investimento estrangeiro na mídia como forma de capitalizar empresas hoje carentes de recursos.



Proposta gerou amplo debate no Plenário do Senado

Roosevelt Pinheiro

### Roberto Saturnino teme exigências de investidores

Para o senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ), a informação produzida pela indústria cultural e o controle da propriedade intelectual são instrumentos de dominação no mundo de hoje. “É nesses setores que se define o futuro das nações que ainda existem no globo”, afirmou.

A PEC tem até méritos, conforme reconheceu Saturnino, apontando as salvaguardas contidas na

proposta, sobretudo no que se refere à abertura da propriedade das empresas de comunicação a pessoas jurídicas, mas disse temer que o capital externo “chegue cheio de exigências” e, como o setor está endividado, as salvaguardas estabelecidas na PEC não tenham eficácia.



Roberto Saturnino

Roosevelt Pinheiro

### Suassuna destaca alívio no caixa de empresas

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu a participação do capital estrangeiro nas empresas de comunicação, nos moldes estabelecidos pela proposta votada ontem. Ele entende que a aprovação dessa PEC – que estabelece um limite de 30% sobre o capital total das empresas – permitirá um alívio no caixa da maioria das empresas de mídia, “que tiveram de se endividar em dólar

para se modernizar tecnologicamente”.

No entanto, para Suassuna, a legislação deve cuidar para que o capital estrangeiro venha não como dinheiro emprestado, que rende juros garantidos, mas sob a forma de investimentos, correndo todos os riscos inerentes ao mercado.



Ney Suassuna

Roosevelt Pinheiro

### Dutra apela a Tebet por Conselho de Comunicação Social

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apelou ao presidente do Senado, Ramez Tebet, para que instale, antes da votação em segundo turno da proposta que abre a mídia ao capital estrangeiro, o Conselho Nacional de Comunicação Social. “Agora, mais do que nunca, é necessário instalar o Conselho de Comunicação. Não há justificativa para não ser instalado”, afirmou.

Dutra lembrou que já na época em que se discutiam as mudanças na área de telecomunicações para realizar a privatização, também se defendia mudança no veto constitucional à participação de capital estrangeiro nos meios de comunicação brasileiros. “Não fazia sentido manter o veto, mas as empresas de comunicação eram contra na época”, acrescentou.

Ramez Tebet assegurou a Dutra que o acordo feito será cumprido e que na próxima quarta-feira (dia 15), será feita nova tentativa para a escolha dos membros e a instalação do Conselho de Comunicação Social. “Se a sociedade não indicar seus membros, a Mesa indicará e o conselho será instalado”, afirmou o presidente do Senado.



José Eduardo Dutra

Célio Azevedo

### Lauro Campos: “Não podemos entregar nossa consciência”

O senador Lauro Campos (PDT-DF) condenou a proposta de abertura da mídia: “Não se trata de uma fábrica de sapatos, é um setor estratégico, de alcance multifacetado. Não podemos entregar nossa consciência, a cultura e as tradições de nosso povo à interferência dos estrangeiros”.

Lauro Campos lembrou que Silvio Berlusconi, controlador da Rádio e TV italiana, acabou sendo

eleito primeiro-ministro do país. “Também por aqui já surgiu uma tentativa de tornar candidato à Presidência da República o dono da SBT, Silvio Santos. As empresas de comunicação social devem permanecer com capital genuinamente brasileiro. Isso é questão de segurança nacional”.



Lauro Campos

Célio Azevedo

### Geraldo Cândido aponta ameaça à soberania nacional

Por considerar que a participação de capital estrangeiro nas empresas de comunicação brasileiras pode se constituir em uma ameaça à soberania nacional, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) – mesmo se posicionando de forma diferente da maioria do seu partido – manifestou-se pela abstenção na votação da proposta.

Cândido explicou que a proposta, embora aparentemente seja de

ordem econômica, esconde a possibilidade de os brasileiros perderem a autonomia para escolher e editar notícias, programas culturais, educacionais e até de lazer. Embora reconhecendo a situação financeira difícil das empresas, o senador lembrou que soluções caídas deveriam ser analisadas.



Geraldo Cândido

José Cruz

### Sebastião Rocha anuncia posição contrária do PDT

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) anunciou a posição do seu partido contrária à proposta de emenda à Constituição. Ele explicou que a preocupação do PDT é o poder de influência exercido pelos meios de comunicação. Na sua avaliação, essa facilidade de massificar idéias, informações e opiniões poderia trazer prejuízos para o país.

Como exemplo, Sebastião Ro-

cha citou a possibilidade de um grupo econômico estrangeiro investir em empresa de comunicação nacional e passar a interferir na sua linha editorial.

– Esse grupo poderia defender exaustivamente a idéia da internacionalização da Amazônia – advertiu o senador.



Sebastião Rocha

Célio Azevedo

### Para Luiz Otávio, o setor exige investimentos maciços

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) manifestou-se a favor da proposta, argumentando que “o Brasil não pode permanecer na Idade da Pedra”. Para ele, a globalização exige modernização constante, somente possível com investimentos maciços que a economia brasileira não está mais em condições de fornecer.

Segundo Luiz Otávio, a indústria de comunicação social no Brasil

vale R\$ 6,6 bilhões, mas sua importância para os brasileiros como mercado de trabalho e lazer é várias vezes maior. Trata-se de um setor muito forte do ponto de vista econômico e cultural, que saberá manter sua identidade e tradições, mesmo com participação acionária estrangeira, argumentou.



Luiz Otávio

Célio Azevedo

Diversos senadores encaminharam a votação da PEC. Para Roberto Requião, o texto dá a grupos externos uma participação “definitiva” no processo de formação cultural do país. Artur da Távola prevê que a entrada do capital estrangeiro aumentará a concorrência e terá efeito benéfico.



## Para Requião, Brasil está abrindo uma brecha em seu processo de formação cultural

Ao anunciar seu voto contrário à proposta de emenda à Constituição que abre até 30% das ações das empresas de comunicação brasileiras ao capital estrangeiro, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) explicou que a iniciativa não trata de permitir o investimento estrangeiro em empreendimentos brasileiros, o que em sua opinião seria até recomendável.

— Trata-se de abriremos uma brecha no processo de comunicação do país, de abriremos uma brecha definitiva no processo civilizatório e de formação cultural do Brasil — frisou.

De acordo com o senador, promulgada essa emenda constitucional, os cinco ou seis conglomerados internacionais de comunicação que predominam no mundo poderão, se quiserem, subscrever os 30% permitidos pela legislação brasileira para participar de nossas empresas de comunicação. Na opinião de Requião, esses conglomerados não farão isso de graça, até porque “não existe almoço de graça nem investimento de caridade”. Ele disse que esses conglomerados participarão para que seus investimentos sejam protegidos, enquanto interferem na programação das redes de televisão.

O senador acrescentou que não faz nenhum reparo ao fato de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ter ajudado recentemente a GloboCabo. No seu entender, se ajudas como essa forem suficientes para manter empresas nacionais funcionando, devem ser dadas. Mas, destacou, a norma que estava sendo votada em Plenário ontem implicava vender participação em serviço concedido pelo poder público.

Ele também disse que, com a vigência dessa emenda constitu-



Requião: proposta permite vender participação em serviço concedido

cional, empresas em dificuldade abrirão para o capital estrangeiro uma participação que não será apenas empresarial, voltada para a obtenção de lucros e dividendos.

— Será uma participação definitiva no processo de formação cultural do país — alertou.

### PAUTA

No início da discussão da proposta de emenda constitucional que abre empresas de comunicação ao ingresso do capital estrangeiro, Roberto Requião questionou a legitimidade da votação ante o fato de a Câmara ter destravado sua pauta e votado medidas provisórias (MPs) que, publicadas e enviadas ao Senado, trancam a pauta de votações desta Casa.

Ao lembrar que a pauta da Câmara foi destravada no último dia 24, Requião sustentou que o Senado não poderia estar realizando as votações de ontem, sob o risco de elas estarem eivadas de ilegalidade. Ele afirmou que o prazo constitucional que tranca a pauta começa a ser contado no Senado a partir da publicação das MPs votadas na Câmara. Se elas não foram ainda lidas no Senado, insistiu, já estão publicadas, vigorando portanto o prazo para que comecem a ser discutidas.

Em resposta à indagação de Requião, o presidente do Senado, Ramez Tebet, informou que não existe nenhuma medida provisória trancando a pauta de votações do Senado. Tebet explicou que as MPs votadas na Câmara não foram lidas no Senado nem publicadas porque não foram oficialmente recebidas. Ele explicou que as normas vigentes sobre MPs exigem que elas sejam lidas e publicadas depois de chegar ao Senado. E acrescentou que, assim que receber essas matérias, a Mesa do Senado as submeterá a leitura e publicação.

## Suplicy: emissoras não influenciaram decisão do PT

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou ter havido um avanço na normatização do Conselho de Comunicação Social, conforme a proposta aprovada pela Câmara dos Deputados. Ele informou que “não houve, não há e não haverá” qualquer influência de emissoras de TV em relação a seu partido, que votou favoravelmente à proposta, sem procurar alterar o texto aprovado pela Câmara.

O representante paulista disse confiar na palavra de Tebet, que designou o senador Carlos Wilson (PTB-PE) para a relatoria da matéria. Suplicy lembrou que caberá à Mesa estabelecer os critérios para a designação dos membros do Conselho de Comunicação Social, sendo a palavra final do presidente do Senado, Ramez Tebet.

## Gilvam Borges defende “retirada dos entulhos”

Ao encaminhar seu voto, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) disse que, após a queda do muro de Berlim, “o mundo caminha para a globalização. Por isso, é fundamental retirar os entulhos”. Ele também afirmou que daqui a três séculos todos estarão falando o mesmo idioma e haverá uma padronização cultural na busca da perfeição e bem-estar da humanidade.

Gilvam lamentou que os “saudosistas” continuem a dizer que é um absurdo, uma entrega, a abertura econômica e política, que, segundo ele, deve ser feita sim, e quanto mais melhor. O senador concluiu fazendo um apelo “aos que se mantêm assentados no totalitarismo ideológico” para que abram seus corações e mentes e contribuam para retirar da Constituição qualquer impedimento ao crescimento do país.



Eduardo Suplicy

Célio Azevedo

## Távola lembra que mídia já “expulsa” música brasileira

Ao votar a favor do ingresso do capital estrangeiro na mídia brasileira, o líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ), disse que a proposta “não vai abrir as comportas culturais do país, pois elas já foram arrombadas”.

Para o senador, ainda que pareça um paradoxo, a entrada do capital estrangeiro vai provocar um efeito oposto, na medida em que o restrito grupo de empresas de comunicação rentáveis e que formam um verdadeiro oligopólio poderá contar com mais concorrentes. Távola lembrou que a Música Popular Brasileira (MPB) há mais de 25 anos vem sendo expulsa do país e mais tocada no exterior, por conta da programação das empresas de mídia que preferem atender aos interesses das gravadoras multinacionais.

## Promessa de instalar conselho mudou o voto de Marina

Segundo a senadora Marina Silva (PT-AC), o compromisso do presidente do Senado, Ramez Tebet, de instalar o Conselho de Comunicação Social antes da votação, em segundo turno, da PEC sobre participação acionária estrangeira na mídia, mudou seu voto.

— Eu iria me abster para pressionar pela efetivação do conselho. Decidi votar favoravelmente diante da promessa — disse.

A senadora observou que o conselho terá força para fiscalizar os excessos de influência estrangeira na programação da mídia. Para ela, mesmo sem capital estrangeiro, a influência cultural já existe.

— Só num país fechado à globalização é possível proibir essa interferência de maneira efetiva. E esse processo de isolamento não interessa ao Brasil — concluiu.



Artur da Távola

Roosevelt Pinheiro

## Fogaça salienta que controle continuará com brasileiros

Ao falar em nome do seu partido, o PPS, e de seu presidente, o senador Roberto Freire (PE), o senador José Fogaça (RS) defendeu a PEC que abre a mídia nacional à participação do capital externo, até o limite de 30%. As salvaguardas contidas no parágrafo primeiro do artigo 222 da Constituição, disse ele, dão a segurança de que os 70% do capital total e do capital votante ficarão em mãos de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Ao contrário do que concluíram “os analistas mais apressados”, na opinião de Fogaça, as experiências de aporte de capital externo por meio de *joint ventures* com empresas nacionais têm significado o fortalecimento político, econômico, financeiro, empresarial e institucional da empresa brasileira.

## Tuma afirma que cultura e arte não têm fronteiras

“Cultura e arte não têm fronteiras”, afirmou o senador Romeu Tuma (PFL-SP), relator da PEC que abre à participação do capital estrangeiro até 30% das ações das empresas brasileiras de comunicação. Tuma afirmou que não há restrição para a cultura e a arte, que, em sua opinião, já são internacionais por sua própria natureza.

Tendo exercido o cargo de vice-presidente da Interpol, ele disse que viajou pelo mundo todo e que teve a oportunidade de conhecer o sucesso da produção artística brasileira no exterior. Acrescentou que, por meio de seus veículos de comunicação, o Brasil exporta uma cultura bem recebida no exterior.

Tuma elogiou o presidente do Senado, Ramez Tebet, pela competência com que conduziu a tramitação da matéria.



José Fogaça

Célio Azevedo



Gilvam Borges

José Cruz



Marina Silva

José Cruz



Romeu Tuma

Célio Azevedo

# Audiência debate o papel da União no transporte escolar

Senadores e especialistas discutem projeto que transfere da área federal para os estados responsabilidade pela oferta desse serviço

A participação da União nos gastos com o transporte escolar foi defendida ontem por senadores e especialistas do ensino durante audiência pública promovida pela Comissão de Educação (CE) para instruir projeto de lei da Câmara dos Deputados que transfere da área federal para os estados, articulados com os municípios, a responsabilidade pela oferta de transporte a alunos da rede pública. A realização da audiência foi requerida pelos senadores Ricardo Santos (PSDB-ES), presidente da CE, e Moreira Mendes (PFL-RO).

Para a professora Miriam Schlikmann, presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Estado de Educação (Consed), o papel da União deve ser explicitado no projeto de lei. A professora propôs o estabelecimento de um percentual de recursos do governo federal, para repasse aos estados e municípios, destinado à cobertura de despesas com transporte escolar. A mesma opinião tem o relator do projeto, senador Moreira Mendes, para quem a proposta da Câmara tem de ser aperfeiçoada. Segundo ele, a União não pode ficar de fora do transporte escolar.

Também compareceu à audiência pública o professor Adeum Ilário Sauer, presidente da União dos Dirigentes Municipais de

Educação. Ele sugeriu a participação da União nos gastos com o transporte escolar e disse que, atualmente, são os municípios que, em sua grande maioria, arcam com as despesas com o deslocamento de alunos.

“TRANSTORNO”

Na avaliação do presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Roberto Ziulkoski, que também participou da reunião, o transporte escolar é um autêntico “transtorno” para a maioria dos municípios, principalmente os mais pobres. É que existem divergências entre os executivos estaduais e municipais sobre quem deve assumir as despesas com transporte escolar, acrescentou.

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) manifestou entendimen-

to de que o projeto, de autoria do então deputado Nelson Marchezan, já falecido, deve ser reestruturado de modo a garantir que a União também tenha responsabilidade com o transporte escolar de alunos das redes públicas de ensino de estados e municípios.

A mesma opinião tem a senadora Marina Silva (PT-AC). Para ela, a ausência da União no sistema de transporte escolar poderá comprometer estados e municípios. Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Geraldo Althoff (PFL-SC) e Mauro Miranda (PMDB-GO) também deixaram claro que o projeto deve ser melhor analisado, de forma a garantir uma efetiva participação da União no transporte escolar.



Participantes da audiência pública promovida pela Comissão de Educação defenderam repasses da União para despesas com o transporte para estudantes

## Aprovado projeto que libera acesso de cão-guia a locais de uso coletivo

Os deficientes visuais brasileiros poderão ter assegurado direito de ingressar e permanecer com seu cão-guia nos veículos de transporte interestadual e internacional com origem no território brasileiro, e em estabelecimentos públicos e privados de uso coletivo. Isso é o que determina projeto de lei de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), por unanimidade e em caráter terminativo. O parecer fa-

vorável foi elaborado pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC). Caso não haja requerimento para submeter o projeto à deliberação do Plenário, a matéria seguirá para exame da Câmara dos Deputados.

Para fazer jus ao direito previsto na proposta, o deficiente visual deverá portar a identificação e o atestado de sanidade do animal, o comprovante do registro deste em escola de cães-guia vinculada à Federação Internacional de Cães-guia, além do comprovan-

te pessoal de treinamento como usuário.

Para Tuma, o objetivo da proposta é promover o livre acesso de usuários de cão-guia aos diversos ambientes de uso coletivo, em cumprimento à diretriz constitucional da máxima integração social da pessoa portadora de deficiência. De acordo com estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU) há mais de 40 mil deficientes visuais no Brasil, muitos dos quais serão beneficiados pela proposta, diz o senador.



Debate foi promovido pela comissão especial criada para acompanhar e avaliar o projeto de revitalização do Rio São Francisco

Marcia Kolumbe

## Dirigente da ANA defende tarifa sobre uso de água

O superintendente de Outorga da Agência Nacional de Águas (ANA), Francisco Viana, defendeu ontem, em reunião da comissão mista formada para acompanhar e avaliar o projeto de conservação e revitalização da bacia do Rio São Francisco, o estabelecimento de tarifa sobre o uso de água pelas indústrias como forma de garantir o suprimento para quem não pode pagar.

Para realizar a cobrança, no entanto, é preciso oferecer benefícios, disse Francisco Viana. Ele sugeriu que a tarifa seja discutida e estudada, “para não assustar a população”.

O secretário de Recursos Hídricos do Ceará, Hyperides Pereira de Macedo, que também compareceu à reunião, pregou a criação de um “mercado compensado da água”, ou seja, as indústrias pagariam aos fazendeiros para que estes não gastassem água com irrigação.

Por intermédio do mercado compensado, observou o secretário, é possível promover a integração física, por canais, das áreas rurais de irrigação com regiões metropolitanas e distritos industriais. Ele acrescentou que a transferência da água poderá ser feita através de adutora, com perda zero.

## Ademir quer destinar verba da CPMF para estados e municípios

Com o objetivo de destinar aos estados, Distrito Federal e municípios recursos oriundos da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou emenda à proposta que prorroga a cobrança desse tributo. Os recursos, conforme a emenda, deverão ser aplicados em programas que atendam a população carente, principalmente nas áreas de saúde, educação, moradia e saneamento.

— Nada mais justo que parcela dessa tributação seja destinada aos estados, Distrito Federal e municípios, que, se por um lado possuem maiores atribuições ofertadas pela Constituição federal para promover a inclusão social dos marginalizados e a justiça social, por outro, nos últimos anos amargaram enormes perdas de receitas, fruto da política econômica do governo federal, tais como a exoneração do ICMS dos produtos *in natura* e semi-elaborados, além do famigerado Fundo de Estabilização Econômica (FEF), apenas para citar dois exemplos — afirmou Ademir Andrade.

A previsão de arrecadação des-



Ademir Andrade lamenta que grande parcela do tributo seja usada para financiar capital especulativo

José Cruz

te ano com a CPMF, segundo informou o senador pelo Pará, alcança valor superior a R\$ 18 bilhões. Ele lamentou que grande parcela deste total servirá para fazer o superávit primário das contas da União e financiar o capital especulativo, em detrimento das ações sociais por parte do Estado.

O senador lembrou que, criada para ser provisória, a CPMF tornou-se permanente sob a justificativa de ser essencial para garantir os recursos para a área da saúde. Contudo, esclareceu Ademir, no que diz respeito ao financiamento da saúde, o que ocorreu foi a retirada de recursos orçamentários ordinários, que foram substituídos pela CPMF.

## Aprovado na CCJ novo modelo para explorar recurso mineral

Por unanimidade, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador José Fogaça (PPS-RS) favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que dá à União condições de



Moreira Mendes: parecer sobre policiais militares também aprovado

exercer seu direito de propriedade sobre os recursos minerais brasileiros. A proposta, segundo Dutra, toma como base a sistemática de exploração estabelecida para os recursos hídricos, que, na sua opinião, está devidamente equacionada.

O novo modelo de exploração de recursos minerais pretendido pelo autor passa pela alteração de artigos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), para que, em dois anos, seja feita revisão completa das concessões de lavra de jazidas de recursos minerais desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 6, em 1995. A PEC será analisada agora pelo Plenário.

Os senadores da CCJ também aprovaram parecer de Moreira Mendes (PFL-RO) favorável à PEC que inclui os policiais militares do antigo território federal de

Rondônia nos quadros de pessoal da União. O senador justificou que os policiais do Amapá e Roraima são pagos pelo governo federal e que a exclusão dos profissionais de Rondônia foi fruto de descuido na elaboração da legisla-

ção. A matéria havia sido aprovada pelo Senado e sofreu pequena alteração na Câmara, o que criou a necessidade de nova análise pelos senadores. Caso seja aprovada pelo Plenário de acordo com o parecer da CCJ, uma nova emenda constitucional será promulgada.

Com emenda de Waldeck Ornélas (PFL-BA), os senadores aprovaram PEC de Leomar Quintanilha (PFL-TO) que altera o artigo da Constituição que limita os gastos dos Legislativos municipais. A Lei de Responsabilidade Fiscal anulou a necessidade de fixar na Constituição o limite de gastos com servidores. A supressão desse dispositivo é sugerida pela PEC, que também retirava os gastos dos Legislativos com aposentados e pensionistas dos cálculos das despesas com pessoal. A emenda de Ornélas eliminou esse trecho da proposta original.

## Carlos Bezerra pede incentivo à produção de álcool combustível

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defendeu a retomada de investimentos na produção de álcool, que vem sendo reduzida desde 1998. Segundo o senador, o incremento dessa atividade econômica deixaria o país menos dependente da im-



Carlos Bezerra: álcool reduz poluição atmosférica e pobreza

portação de petróleo. Ele acrescentou que o uso mais freqüente do "combustível verde" também contribuiria para a redução da poluição atmosférica, do subdesenvolvimento e da pobreza.

Carlos Bezerra salientou que a imprevidência do governo e a excessiva ganância dos usineiros quase extinguíram a receptividade do mercado nacional para os veículos abastecidos pelo álcool combustível.

— No auge do consumo de álcool no Brasil, dos veículos que saíam das linhas de montagem da

Ford, mais de 95% eram movidos a álcool; atualmente, esse número chega no máximo a 5%.

Falando sobre os benefícios do álcool para a economia nacional, Carlos Bezerra revelou que os automóveis movidos a gasolina são abastecidos, na verdade, por uma mistura que contém 24% de álcool.

Para o parlamentar, seria bom se os órgãos do governo seguissem algumas das sugestões da Comissão de Cana-de-Açúcar da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Entre essas propostas estão o cumprimento da lei da frota verde, pela qual o poder público deve sempre adquirir veículos movidos a álcool; e a redução de alíquotas do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para esses automóveis.

## Comissão ouvirá citados em denúncia de propina

Senadores da CFC aprovam convite a Paulo Renato, Ricardo Sérgio de Oliveira, Luiz Carlos Mendonça de Barros e Benjamin Steinbruch

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou ontem, por unanimidade, requerimento de senadores da oposição, convidando para dar esclarecimentos o ministro da Educação, Paulo Renato Souza; o ex-tesoureiro de campanha do PSDB e ex-diretor do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira; o ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros; e o empresário Benjamin Steinbruch, que liderou a compra da Companhia Vale do Rio Doce. Todos foram citados em matéria publicada pela revista *Veja* desta semana que denuncia suposta cobrança de propina no processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, em 1998.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Heloísa Helena (PT-AL), Roberto Saturnino (sem partido-RJ) e Jefferson Péres (PDT-AM) querem explicações sobre um suposto pedido de R\$ 15 milhões, a título de comissão, feito por Ricardo Sérgio de Oliveira ao atual presidente do Conselho de Ad-



Heloísa Helena quer explicações sobre suposto pedido de propina de R\$ 15 milhões

ministração da Companhia Siderúrgica Nacional, Benjamin Steinbruch.

O requerimento solicita ainda a presença do ex-ministro das Comunicações Luiz Carlos Mendonça de Barros, pois este teria sido procurado por Steinbruch, de acordo com a reportagem, para questioná-lo sobre a cobrança que Ricardo Sérgio estaria fazendo pelo trabalho de reunir os fundos de pensão em torno de seu

consórcio (de Steinbruch). Entrevistado, o ministro Paulo Renato disse à revista que também tinha conhecimento do assunto, pois foi igualmente procurado por Steinbruch.

— Considerando as atribuições desta Casa, é de fundamental importância que possamos ouvir os envolvidos nesta suposta operação que envolveu a venda da maior mineradora do planeta — justificou Suplicy.

O vice-líder do governo, Romero Jucá (PSDB-RR), reclamou do processo de votação do requerimento, alegando ter acertado com o presidente da CFC, Amir Lando (PMDB-RO), que a solicitação não seria discutida na reunião de ontem. Segundo Jucá, Lando teria se comprometido a indicar, antes, um relator para o pedido. O presidente da comissão explicou que não poderia sustentar o acerto, já que não se tratava de requerimento para instauração de um processo investigatório, mas apenas de convite para audiência pública.

## Presidente do TRT-SP defende término de obra

A Justiça trabalhista da 2ª Região, que engloba a cidade de São Paulo, a Baixada Santista e a Grande São Paulo, responsável pelo maior número de processos trabalhistas do país, está atuando hoje em condições e instalações precárias e arriscadas. A descrição foi feita ontem pelo presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), Francisco Antônio de Oliveira, aos senadores da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC).

Ele foi convidado por requerimento do senador Wellington Roberto (PTB-PB) para falar sobre o andamento das obras da sede do fórum trabalhista, objeto de investigações em 1999 e 2000 que concluíram pelo desvio de R\$ 169 milhões destinados à construção. Desde o começo das apurações, as obras estão paralisadas e o prédio está 65% construído, in-



José Cruz

O senador Amir Lando ouviu depoimento do juiz Francisco Antônio de Oliveira

formou o juiz.

Francisco de Oliveira afirmou que é possível retomar as obras do prédio ainda este ano sob a administração de um conselho de notáveis do próprio TRT e de uma equipe de engenharia do Banco do Brasil. Segundo os técnicos, acrescentou o presidente do TRT, o restante do empreendimento necessitaria de R\$ 44 milhões para ser terminado. Em uma licitação

esse valor pode cair para até R\$ 39 milhões e, até o momento, o tribunal conseguiu verbas de cerca de R\$ 6,6 milhões para a obra, informou.

O presidente da CFC, senador Amir Lando (PMDB-RO), defendeu a conclusão da obra, observando que a população está sendo prejudicada, já que a construção ajudaria a apressar os julgamentos.

## Parlamentares analisam salário de militares do DF

A comissão mista que estuda a medida provisória que dispõe sobre a remuneração dos policiais militares e bombeiros do Distrito Federal reuniu-se ontem. Presidida pelo senador

Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), a comissão tem como objetivo discutir o soldo, as classificações salariais e os benefícios a serem concedidos aos militares do DF.

# Penhora de equipamento agrícola pode ser proibida

Foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania projeto que impede a alienação de bens de produtores rurais por bancos e outros credores. A proposta será agora analisada pela Câmara dos Deputados

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) determinando que máquinas, equipamentos e implementos agrícolas sejam protegidos de penhora. A proposta teve o apoio do relator, senador José Fogaça (PPS-RS). Se não houver recurso para que a decisão seja submetida ao Plenário, a proposta seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados.

Apesar de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) interpretando que o Código de Processo Civil já protege os bens de produtores rurais, Simon lembrou que bancos e credores ainda solicitam a execução de imple-

mentos agrícolas em penhora, muitas vezes com o uso de força policial. Com o projeto, ele espera dar aos agricultores garantias e tranqüilidade de que os seus meios de produção não sejam alienados.

A CCJ também aprovou terminativamente, com apoio do relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR), projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE)

que estabelece direitos e deveres do usuário dos serviços públicos. Conforme a proposta, o cidadão que procura serviços públicos deve ser atendido na ordem de chegada, assegurada prioridade a idosos, gestantes, doentes e por-



CCJ acolheu projeto relatado por Romero Jucá sobre direitos do usuário de serviço público

tadores de deficiência. O usuário deve ser informado sobre o horário de funcionamento e a autoridade a quem recorrer em caso de reclamações ou sugestões.

DESPACHANTES

A matéria mais polêmica anali-

sada pela CCJ na reunião de ontem foi o projeto de lei da Câmara que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais dos Despachantes Documentalistas. O relatório favorável do senador Amir Lando (PMDB-RO) foi aprovado com o voto de desempate do presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

A matéria, já aprovada pela Câmara, segue para exame do Plenário.

Para os senadores Waldeck Ornelas (PFL-BA) e Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), a ação dos despachantes pode ser negativa e, inclusive, representar prejuízos aos serviços públicos. Waldeck Ornelas disse ter tomado conhecimento de despachantes que se

apropriavam de benefícios indevidamente e se disse indignado com a proposta. Antonio Carlos Júnior considera absurdo incentivar esse tipo de atividade.

Também contrário à proposta, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) recorreu à ironia e lançou o nome do ex-diretor da área internacional do Banco do Brasil Ricardo Sérgio de Oliveira, para presidente do órgão. Como vice-líder do governo, Romero Jucá (PSDB-RR) recomendou a rejeição da matéria.

Amir Lando argumentou que a atividade de despachante carece de regulamentação e está suscetível a atos ilícitos. Na sua opinião, um órgão fiscalizador pode evitar a ocorrência de desvios.

## Mauro Miranda elogia a política educacional

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou que o resultado dos últimos vestibulares no país demonstra o acerto da política educacional, o elevado nível dos estabelecimentos de ensino de segundo grau e o "extraordinário desempenho dos vestibulandos". De acordo com o senador, o país tinha apenas 100 mil vagas nas universidades na década de 60 e, no período de 1994 a 2000, um milhão de estudantes foram incorporados aos cursos de graduação, segundo dados do Ministério da Educação.

— O crescimento do ensino superior é acompanhado pela melhoria de sua qualidade, em razão de as instituições também promoverem a titulação de seus quadros docentes, estimados em 174 mil funções em 1999, segundo o MEC. Com isso, a proporção dos professores com pós-graduação, mestrado ou doutorado cresceu significativamente. Nas instituições públicas federais e estaduais a proporção de professores titulares é mais alta. De cada dez funções docentes, ao menos seis são mestres ou doutores.

Mauro Miranda destacou o excelente desempenho do estudante Lucas Martins Mendes, de 18 anos, que obteve o primeiro lugar nos vestibulares da Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (Unicamp) e da Es-



Qualidade do ensino de segundo grau foi ressaltada por Mauro Miranda

cola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), bem como de Thiago Marques, classificado para o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), de São Paulo.

DENGUE

Preocupado com o surto de dengue no país, o senador afirmou que os casos duplicaram em Goiânia no início deste ano em relação ao ano passado.

— Como ocorreu ano passado na crise de energia elétrica, muitas autoridades ainda preferem culpar os rigores da meteorologia a assumir seu quinhão de responsabilidade pela imprevidência. Assim, se em 2001 o grande vilão do racionamento foi a falta de chuva, em 2002 a causa da epidemia de dengue são os fortes aguaceiros que caem sobre quase todo o país nos últimos meses — disse.

## Ademir Andrade defende rádios comunitárias

— Ao salientar a importância das comunicações para uma sociedade mais democrática, Ademir Andrade (PSB-PA) defendeu as rádios comunitárias como veículos de informação mais adequados, viáveis, acessíveis e capazes de dar uma "cidadania de voz" às populações de municípios afastados e às periferias das grandes cidades.

O parlamentar destacou que há cerca de 7 mil "rádios livres" no Brasil, com alcance sempre local (um bairro) e interesses em assuntos comunitários, divulgação de músicas, pregações religiosas, entre outros. A potência dessas rádios não passa de 25 mil watts, quando uma emissora convencional atinge 100 mil watts, acrescentou.

— Estou defendendo a rádio comunitária que se coloca de fato a serviço da comunidade a que pertence. Isso exclui as rádios de baixa potência de interesse meramente comercial, e exclui, também, as que se colocam a serviço de mera promoção pessoal — afirma.

Na visão do senador, ao contrário do que afirmam os "poderosos da mídia", as emissoras comunitárias não trazem prejuízos às grandes rádios. Em contrapartida, observou, favorecem a cidadania, na defesa de direitos, discussão de temas comuns e difusão da arte local.

## Mozarildo propõe novas regras para a criação de municípios

Foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de lei complementar de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que estabelece novos critérios para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. A matéria aguarda a designação de relator.

De acordo com a proposta de Mozarildo, tanto a criação de um município, como a incorporação ou desmembramento se dará por meio de lei estadual e dependerá de plebiscito realizado entre as populações das localidades envolvidas, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal. Para a criação de um município, por exemplo, o projeto prevê a apresentação à Assembléia Legislativa do estado de uma representação assinada, no mínimo, por cem eleitores domiciliados na área que pretende se emancipar. A mesma exigência será aplicada para as demais situações.

Recebida a representação, a

Assembléia Legislativa terá o prazo de quatro meses para providenciar estudos que apurem a viabilidade tanto do novo município quanto daquele que está perdendo área territorial. Os estudos devem abranger aspectos geográficos, econômicos, sociais e administrativos. Além disso, é preciso ter um mínimo de mil eleitores, centro urbano constituído e estimativa de receita compatível com a execução das funções típicas da administração municipal. Para os casos de incorporação e fusão a viabilidade é presumida.

Mozarildo explica em sua justificativa que tomou o cuidado de respeitar a autonomia dos estados, não criando normas que desprezassem a diversidade existente nos diferentes estados. Ele acrescenta que o projeto não estabelece exigências demais, "pois o exagero significaria, na prática, impedir a instituição de novos municípios e, por extensão, o próprio desenvolvimento de diversas áreas do país".



Mozarildo prevê realização de plebiscito para criação de município

# Wilson defende ampliação de anistia para militares

Senador pede que Fernando Henrique faça justiça a ex-integrantes da Força Aérea Brasileira punidos por manifestação durante regime militar

O senador Carlos Wilson (PTB-PE) apelou ao presidente Fernando Henrique para que torne efetivos os direitos de cabos, sargentos e taifeiros da Força Aérea Brasileira (FAB), punidos por manifestação política durante o regime militar.

De acordo com o senador, quase dois mil ex-integrantes da FAB foram punidos pelo regime militar através de portarias arbitrárias, que não encontravam respaldo sequer na famigerada Lei de Segurança Nacional. Esses militares foram afastados do serviço que prestavam sem indenização.

— Marcados por isso, muitos tiveram terríveis dificuldades em se incorporar à iniciativa privada. Alguns conseguiram, outros não — justificou o parlamentar.

Carlos Wilson lembrou que, apenas em Pernambuco, há mais de 700 militares da FAB afastados por



Militares foram punidos através de portarias arbitrárias, diz Carlos Wilson

essa arbitrariedade. Para ele, trata-se de “uma página terrível que restou do período autoritário que reinou no país por 25 anos”.

## MEDIDA PROVISÓRIA

O senador informou que esses militares estão reivindicando também ao Senado que vote com urgência a Medida Provisória 2151-3, de 2001, que garante parte de seus direitos, concedendo-lhes anistia. Ele estiveram reunidos durante dois dias no

Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, discutindo o assunto.

— Não se pode entender por que estes senhores, a maioria hoje sexagenários, não são logo reincorporados aos cargos, postos ou funções a que fazem jus, inclusive com os direitos decorrentes do tempo em que foram arbitrariamente afastados de suas atividades remuneradas — disse o parlamentar.

Carlos Wilson terminou seu pronunciamento com um apelo aos senadores, em especial a Renan Calheiros (PMDB-AL) — que preside comissão mista que analisa a medida provisória —, para que se dê celeridade a sua apreciação. Ele lembrou que o presidente Fernando Henrique Cardoso, “também um ex-perseguido e um anistiado”, não pode agora se transformar “em algoz daqueles que, como ele, lutaram por um Brasil mais justo”.

# Senador presta homenagem à cidade de Salgueiro

Carlos Wilson prestou homenagem à cidade sertaneja de Salgueiro, em Pernambuco, pelos 138 anos de emancipação política. Ele homenageou também a prefeita Cleuza Pereira, a quem chamou de valorosa e valente, “por perseguir o sonho de ver o sertão irrigado, sem fome, sem êxodo, com a lavoura verde e florida”.

O parlamentar narrou a história da cidade, que surgiu ao redor de uma capela dedicada a Santo Antônio, construída por um casal

de sertanejos que reencontrara, junto a um pé de salgueiro, o filho perdido havia três dias.

Salgueiro, com 60 mil habitantes, situada no entroncamento dos “diversos sertões nordestinos”, já foi grande produtora de algodão, tendo sido ainda pólo da indústria de curtume, relatou o senador. A antiga Rede Ferroviária Federal chegou a ligar Recife a Salgueiro, em 518 quilômetros de estrada de ferro, com o objetivo de escoar a produção de couros, acrescentou. Hoje a es-

trada está desativada. O parlamentar lamentou o abandono a que foi relegado o município.

— Por que uma empresa se interessa por comprar da União uma estrada de ferro e, ato contínuo, a desativa? — indagou, salientando que a região está esquecida e abandonada pelo governo.

O senador concluiu destacando a luta da população por um sertão mais feliz e produtivo. “Enquanto existir uma Cleuza, haverá esperança”, disse, referindo-se à prefeita de Salgueiro.

# Quintanilha critica PEC sobre dirigente esportivo



Para Leomar Quintanilha, deve haver autonomia plena para o desporto nacional

O impedimento da reeleição de presidentes de federações e confederações desportivas não garante a moralidade na gestão das entidades, afirmou ontem o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO). O parlamentar manifestou sua opinião durante a segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que proíbe a reeleição consecutiva para os presidentes de clubes e das associações esportivas.

Quintanilha reconheceu que o

autor da proposta, senador Maguito Vilela (PMDB-GO), foi motivado pelo desejo de moralizar a administração do desporto, mas salientou que a PEC atenta contra a autonomia das entidades, preceito estabelecido pela Constituição.

— Na área do desporto, entendendo que não pode haver meia autonomia; ou ela é plena ou não existe. O impedimento da reeleição não garante a moralidade. O desporto nacional precisa de autonomia plena — disse Leomar Quintanilha.

# Carlos Patrocínio quer mudar lei das licitações

Com o intuito de tornar mais rigorosa a Lei de Licitações, o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) apresentou projeto de lei estabelecendo que a administração pública, no pagamento de fornecedores de bens, locações, obras e prestação de serviços, obedecerá a estrita ordem cronológica da apresentação das faturas. O projeto tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em decisão terminativa e só irá a Plenário se houver requerimento com esse fim.

Hoje a lei exige que os pagamentos sejam feitos na ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando comprovar razões relevantes de interesse público e apresentar justificativa prévia da autoridade competente.

Carlos Patrocínio reconhece o mérito da Lei de Licitações no aperfeiçoamento dos instrumentos jurídicos para a realização de compras e contratos por parte do poder público, mas acha que “a engenhosidade de maus brasileiros” ainda encontra brecha na lei para práticas condenáveis.

Ele disse que o artigo que prevê detenção de dois a quatro anos para quem pagar fatura preterindo a ordem cronológica de sua exigibilidade fica quase nulo com a norma que abre uma exceção



Patrocínio defende pagamento pela ordem cronológica de apresentação das faturas

quando “presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente”.

Para Carlos Patrocínio, essa cláusula “não passa de uma válvula permissiva de todas as tramóias que se queira fazer no ato do pagamento das faturas, pois com a existência dela pode-se pagar a quem se quiser e quando se quiser, basta que se justifique”.

Com o projeto, ele disse que, após medições, conferências e vistorias, os contratados da administração pública só terão que emitir as faturas e entregá-las à repartição. Caberá então aos agentes públicos pagá-las na ordem cronológica em que forem apresentadas, independentemente de favores, sendo essa a principal preocupação do senador.

# Proposta reduz prazo para vigorar contribuição social

O líder do PSDB no Senado, Geraldo Melo (RN), apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC) que reduz de 90 para 30 dias o prazo para que entre em vigor contribuição social aprovada pelo Congresso Nacional destinada a financiar a Seguridade Social.

Se aprovada com rapidez, a proposta reduzirá as perdas que o governo deve ter com o atraso na

votação do projeto que prorroga até o final de 2004 a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Após ser lida em Plenário, a PEC será enviada imediatamente ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Geraldo Melo sustenta que a redução do prazo não altera em nada o princípio de anterioridade tributária previsto na Constituição, pelo qual um novo tributo só pode ser cobrado a partir do ano seguinte.

Conforme o senador, a própria Constituição de 1988 reconhece a relevância das contribuições sociais para a Seguridade Social e estabelece que elas podem entrar em vigor em 90 dias, prazo que ele quer agora reduzir.

A emenda recebeu as 27 assinaturas mínimas exigidas para a apresentação de um projeto que muda a Constituição.



Geraldo Melo é autor da PEC que irá reduzir perdas pelo atraso na votação da CPMF

# Pescadores e seringueiros terão seguro-desemprego

Profissionais contarão com benefício durante o período de proibição legal de suas atividades determinado pelos órgãos públicos competentes

Os pescadores profissionais, os extrativistas vegetais (como seringueiros e similares) e os beneficiários de produtos das florestas que exerçam suas atividades de forma artesanal, individualmente ou em regime de economia familiar, sem contratação de terceiros, terão direito ao benefício do seguro-desemprego no valor equivalente a um salário mínimo mensal durante o período de proibição legal ou considerado impróprio de suas atividades, determinado pelos órgãos públicos competentes. A proposta, dos senadores Sebastião Rocha (PDT-AP) e Marina Silva (PT-AC), foi aprovada ontem em caráter terminati-



Sebastião Rocha é autor da proposta, em conjunto com Marina Silva

vo pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com parecer favorável do relator, Tião Viana (PT-AC). Caso não haja recurso para decisão do Plenário, a matéria seguirá diretamente para a Câmara.

Na proposta, o período de proi-

bição de atividade extrativista vegetal é o fixado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), considerando os ciclos biológicos evolutivos e as características climáticas regionais.

Para se credenciar ao benefício, o profissional terá de apresentar aos Ministérios do Trabalho e da Previdência e Assistência Social atestado do sindicato da categoria a que esteja filiado; comprovantes de pagamento de contribuição previdenciária e, se seringueiro, prova de registro profissional no Ibama, além de atestado do Conselho Nacional de Seringueiros.

No caso de proibição definitiva de pesca, os pescadores terão o seguro-desemprego por um ano.

## Retirada de projeto sobre franquias gera protesto

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) protestou ontem contra a retirada de pauta do projeto de lei que regulamenta as franquias comerciais no Brasil. Segundo ele, o relator do projeto, Luiz Otávio (PPB-PA), disse que pediria a retirada de pauta atendendo solicitação de "alguns ministérios".

Requião explicou que a proposição surgiu após um conflito entre a rede de lanchonetes McDonald's e seus franqueados. Ele acrescentou que o projeto, de autoria de Carlos Bezerra (PMDB-MT), é muito parecido com a le-

gislação francesa e propõe acabar com a exploração do franqueado.

— Será que nem sanduíche pode ser nacional? O governo federal não tem o que fazer além de prejudicar franqueados e defender interesses de uma cadeia de lanchonete? — perguntou.

Amparando-se em reportagem publicada pela revista *IstoÉ*, Requião lembrou que o presidente Fernando Henrique Cardoso comprou, em sociedade com Sérgio Motta, a fazenda Córrego da Ponte pelo valor equivalente a US\$ 2 mil, pagando US\$ 1,90 por hec-

tare, e registraram a transferência da fazenda por um valor equivalente a US\$ 20 em junho de 1991. Segundo o senador, a fazenda vale hoje cerca de US\$ 1 milhão e o restante do valor teria sido pago "por fora" como forma de reduzir impostos e taxas devidas ao fisco.

— Como podemos ter um sistema eleitoral moralizado quando o presidente da República compra uma fazenda onde o preço do hectare equivale ao de um quarterão com queijo? — concluiu, referindo-se ao sanduíche da rede McDonald's.

## Cabral quer apoio para empresas de aviação

Após análise da crise que atingiu as companhias aéreas brasileiras, Bernardo Cabral (PFL-AM) pediu que o Congresso exerça papel mediador, por entender que a aviação civil é um patrimônio da nação, imprescindível ao desenvolvimento. Ele pediu que o Legislativo interceda para viabilizar a sobrevivência das empresas.

De acordo com o parlamentar, sendo esta uma atividade que depende de concessão do poder público, a solução não pode ser atribuída exclusivamente às empresas.

— Essas têm obrigações sólidas

para com seus investidores e acionistas, porém as autoridades governamentais precisam compreender e agir, não deixando que a omissão comprometa um dos pilares de sustentação do desenvolvimento nacional — disse.

Bernardo Cabral reconheceu a dificuldade de definir uma política setorial para a aviação civil, mas afirmou que ela é possível se forem observadas as decisões tomadas pelo governo norte-americano para manter os negócios do setor depois dos atentados de 11 de setembro do ano passado. Esse ato

terrorista também atingiu as empresas brasileiras, que tiveram sua situação agravada por problemas específicos, argumentou.

Como exemplo, o senador citou a elevada carga tributária, os altos custos de operações de infra-estrutura, o peso mais expressivo dos combustíveis e lubrificantes sobre as despesas das empresas e o grande ônus resultante das compras financiadas de aeronaves.

Para Cabral, a crise afeta principalmente a Varig, a mais tradicional companhia aérea brasileira, que tem uma dívida de US\$ 900 milhões.

## Legislação para bancos deve ser mais rígida, diz Suassuna

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) propôs ontem a criação de uma subcomissão, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para estudar nova legislação financeira de controle sobre a saída de capitais do país e regras mais rígidas de funcionamento dos bancos. "Não sou contrário à existência dos bancos, mas, se compararmos sua rentabilidade no Brasil com os balanços dessas instituições no exterior, vamos constatar que, aqui, seus lucros são astronômicos", observou.

Suassuna também condenou a onda de boatos que bancos e corretoras estrangeiras lançam no mercado internacional sobre a situação brasileira, produzindo efeito danoso na cotação do dólar e dos títulos, bem como no volume de negócios da Bolsa de Valores. Para ele, é assim que as instituições financeiras ganham muito dinheiro, vendendo na alta dos papéis e recomprando-os quando eles caem de preço.

Segundo o senador pela Paraíba, o Brasil é um país muito vulne-



Bancos brasileiros são morosos no repasse de impostos e têm lucros "astronômicos", afirma Suassuna

rável a essas movimentações do mercado financeiro, por causa do montante de suas dívidas interna e externa. "É inaceitável que os impostos pagos por contribuintes nos bancos levem semanas, e até meses, para entrar no caixa do governo. Nos Estados Unidos, o cidadão paga seus impostos diretamente no caixa do Tesouro", disse.

Em aparte, o senador Francisco Escórcio (PMDB-MA) lembrou que no Brasil somente os bancos não quebram. "O país não cresce nem tem empregos, mas os lucros dos bancos nunca foram tão grandes", afirmou.

## Osmar Dias pede maior prazo para agricultor pagar dívida

Ao informar que estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste estão sofrendo com a estiagem, o senador Osmar Dias (PDT-PR) pediu aos demais congressistas que o ajudem a fazer gestões junto ao governo federal para que seja ampliado, em



Osmar: produtor prejudicado pela estiagem não pode pagar dívida

ções de cobrir o débito se não conseguiu colher. Quem deve hoje por não ter colhido, não poderá pagar e, inadimplente, não poderá tomar crédito para plantar uma nova safra — afirmou.

no mínimo um ano, o prazo para os agricultores familiares saldarem os débitos contraídos no plantio desta safra. Ele explicou que, se o pedido não for atendido, mais pessoas estarão desempregadas, ficarão na fila da reforma agrária ou aumentarão o êxodo para as cidades maiores.

— Cerca de 30% da safra do milho safrinha e parte do trigo que já havia sido semeado, além do final do ciclo da soja, foram prejudicados. É impossível que alguém que contratou crédito para plantar uma safra tenha condi-

Na opinião do senador, se os problemas do país fossem resolvidos em tempo, o caos social não teria a intensidade de hoje. Ele exemplificou que o Brasil possui hoje 54 milhões de pessoas vivendo em condições abaixo da linha da miséria, ou seja, recebendo menos de 80 reais por mês. Deste total, 14 milhões vivem no campo.

Para que o país tenha uma melhor distribuição de renda, segundo Osmar, é preciso a destinação mais eficiente dos recursos para a área social.